



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Segunda-feira
(19/03)**

Manchetes

Congresso em foco: Correios contrariam Jungmann e dizem desconhecer furto de munições que mataram Marielle Franco

G1: Governo destinará mais de R\$ 1 bi para intervenção no Rio e Ministério da Segurança, diz ministro

UOL: 1 mês de intervenção: assassinato de Marielle, 'choque nas polícias' e queda de braço com o tráfico

UOL: Jungmann: PF tem mais de 50 inquéritos sobre lote desviado de balas que teriam matado Marielle

O Globo: 'Não existe razão para federalização', diz promotor que investiga morte de Marielle

R7: Projeto de lei propõe que PF investigue casos envolvendo milícias

Estadão: 'A intervenção no Rio não privilegia presença de tropas nas ruas. É gerencial', diz general

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Munição desviada: O ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou na sexta-feira (16) que o lote UZZ-18, cujas munições foram utilizadas no assassinato de Marielle Franco e de seu motorista na última quarta-feira (14), no Rio de Janeiro, foi desviado "anos atrás". Um dos desvios teria ocorrido na sede dos Correios na Paraíba. De acordo com Jungmann, a Polícia Federal já abriu mais de 50 inquéritos por conta dessa munição desviada. Notícia do **UOL**.

Correio rebate: **Congresso em foco** noticia que a Superintendência dos Correios na Paraíba respondeu à declaração do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, feita na sexta-feira (16), a respeito da munição usada para assassinar a vereadora Marielle Franco, na última quarta-feira (14). "As agências dos Correios não despacham munição e materiais similares por meio dos métodos tradicionais de envio de correspondência e



cargas, exceto por imposição de legislação específica”, informou a instituição. Ao Jornal Nacional, Jungmann declarou que houve desvios na compra, por parte da PF, de 1,9 milhões de balas em 2006.

Mesma munição: Folha de S. Paulo informa que a munição usada no assassinato da vereadora Marielle Franco foi comprada pela Polícia Federal em dezembro de 2006 e pertence ao mesmo lote encontrado na maior chacina da história do estado de São Paulo, que deixou 17 mortos em agosto de 2015 em Osasco e Barueri, o UZZ-18. Embora as cápsulas achadas no local do crime de Marielle pertencessem a esse lote, comprado pela PF de uma empresa privada, não é possível dizer se o grupo de três Policiais Militares e um guarda civil, condenados pela chacina, tem relação com a morte da vereadora e seu motorista, já que desvios de munição comprada por órgãos oficiais não são raros, assim como a prática de reaproveitar cápsulas de projéteis já disparados.

Intervenção gerencial: Interventor na segurança do Rio, o general Walter Braga Netto acredita que o assassinato da vereadora Marielle Franco, na última quarta-feira (14), reforça os objetivos da ação federal no Estado, como reduzir a criminalidade. Apesar da expectativa da população em ver tropas na rua, ele destaca que a ação é “gerencial”, para construir um modelo de integração e melhorar o desempenho na segurança. Notícia do **Estadão**.

Federalização: O promotor Homero Freitas, titular da 23ª Promotoria de Investigação Penal, que está acompanhando o inquérito da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, afirmou para **O Globo** que “não existe qualquer razão para a federalização” das investigações. Na última quinta-feira (15), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, determinou a instauração de um procedimento para estudar a federalização do caso.

Casos de milícias: O assassinato da vereadora Marielle Franco aquece o debate entorno do projeto de lei (PLS 548/2011) do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que prevê que todos os crimes que tenham a suspeita de envolvimento de agentes estaduais de segurança (policiais), milícias armadas ou grupos paramilitares passem a ser investigados diretamente pela Polícia Federal. O projeto foi aprovado no mês passado



pelo Senado e seguiu para análise do Congresso. A proposta do texto é evitar que agentes do Estado, que investigam e julgam seus pares sejam parciais ou condescendentes. Notícia do **R7**.

Fantasma no salgueiro: **Extra** noticia que homens das Forças Especiais do Exército participaram da operação com oito mortos no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ), na madrugada de 11 de novembro do ano passado. Ainda em dezembro de 2017, o Ministério Público Militar (MPM) esteve em Goiânia para ouvir os depoimentos dos militares no 1º Batalhão de Forças Especiais, sede dos “fantasmas”, como são conhecidos os integrantes da unidade do Exército especializada em ações antiterror. Por meio de nota, o MPM alegou que todos os militares foram ouvidos, mas não informou se estão sendo investigados. Um dos três sobreviventes da operação, um padeiro de 19 anos, afirmou a promotores do Ministério Público estadual que os tiros foram disparados por homens vestidos de preto, com capacetes e fuzis com mira a laser que estavam escondidos numa mata ao lado da Estrada das Palmeiras. A descrição da testemunha bate com a farda usada pelos “fantasmas”.

Fundo para intervenção: **G1** noticia que o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, informou na noite de domingo (18) que o governo federal destinará mais de R\$ 1 bilhão para a intervenção no Rio de Janeiro e para o recém-criado Ministério da Segurança Pública. Segundo o ministro, o valor exato será definido até o fim desta semana e o montante será realocado no orçamento federal deste ano. As declarações foram dadas após reunião com o presidente Michel Temer e outros cinco ministros, entre os quais Raul Jungmann (Segurança Pública), Torquato Jardim (Justiça) e Sérgio Etchegoyen (Segurança Institucional).

1 mês de intervenção: **UOL** informa que, em um mês de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro, o general interventor Walter Braga Netto fez mudanças no comando das polícias e travou uma queda de braço com traficantes da favela Vila Kennedy, na zona oeste da cidade. O número de tiroteios e disparos de arma de fogo registrados na região metropolitana do Rio foi de 678 desde o começo da intervenção, queda de 4% em relação aos 30 dias anteriores, segundo levantamento da organização não governamental Fogo Cruzado. Na cidade do Rio, a diminuição foi de 449 casos para



385, redução de 14%. O assassinato da vereadora Marielle Franco, porém, tem potencial de colocar a intervenção à prova, de acordo com o coronel José Vicente da Silva Filho, ex-secretário Nacional de Segurança Pública.

Sistema Prisional

Mulheres no crime: GRN faz uma análise do perfil de mulheres envolvidas com grupos criminosos e tráfico de drogas. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) divulgados em 2015, a população carcerária feminina subiu de 5.601 para 37.380 detentas entre 2000 e 2014, um crescimento de 567% em 15 anos. Quanto aos crimes, a maioria dos casos é por tráfico de drogas, motivo de 68% dessas prisões. “A participação feminina no mundo do crime já é antiga, porém, elas passaram de coadjuvantes para protagonistas”, afirma o delegado Guilherme Torres, da Delegacia Especializada em Repressão ao Crime Organizado (DRCO).

Traições no PCC: Diário do Nordeste informa que as declarações de Marcos Wiliams Hebras Camacho, o 'Marcola', sobre o duplo homicídio que vitimou Rogério Jeremias de Simone, o 'Gegê do Manguê'; e Fabiano Alves de Sousa, o 'Paca', dão a entender que o detento não autorizou a morte dos maiores líderes do Primeiro Comando da Capital, em liberdade. O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), contou que em um bilhete interceptado, Marcola afirmou que Gilberto Aparecido dos Santos, o 'Fuminho', gerente das finanças do PCC e do próprio Marcola, o traiu e foi responsável pelas mortes.

Presos da Lava Jato: Folha de S. Paulo noticia que assassinatos de presos do complexo penal onde ficam os presos da Lava Jato Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro; Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados; João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT e o ex-senador Gim Argello, levam preocupação a seus advogados e parentes. O Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) garante que não há riscos para os condenados pelo juiz federal Sérgio Moro, pois o prédio em que ficam os presos da Lava Jato não faz contato com presos de galerias distintas.